

## EDUCAÇÃO FEMININA NA BELLE-ÉPOQUE BELE- NENSE (1890 / 1900)<sup>1</sup>

Feminine education in the belle-époque belenense (1890 / 1900)

Educación femenina en la belle-époque belenense (1890/1900)

Ipojucan Dias Campos\*

---

**RESUMO:** A cidade de Belém e a educação feminina na última década do século XIX são os eixos temáticos das reflexões seguintes. Os homens desejavam elaborar para as mulheres lugares pensados mais adequados, ou seja, os recônditos do lar e do casamento, assim sendo o afã concentrava-se em localizá-las em espaços compreendidos privados justamente para que não fossem influenciadas por aspectos de uma cidade que se modernizava.

---

**Palavras-chave:** Cidade, Belle-Époque, educação feminina.

**ABSTRACT:** The city of Belém and the feminine education in the last decade of the century XIX is the thematic axes of the following reflections. The men wanted to elaborate to the women places thought to them more appropriate, in other words, the hidden of the home and of the marriage, like this being the enthusiasm concentrated on locating them in spaces understood private exactly so that they were not influenced by aspects of a city that was modernized.

---

**Keywords:** City, Belle-Époque, feminine education

---

<sup>1</sup> Com apenas leves modificações, o presente artigo é uma das seções de minha dissertação de mestrado intitulada “*Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890 / 1900)*” defendida, em 2004, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC / SP, sob a orientação da doutora Estefânia Knotz Canguçu Fraga.

\* Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009), MESTRADO pela mesma Instituição (2004) e GRADUAÇÃO em História pela Universidade Federal do Pará (2002). Atualmente é professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor dos Programas de Pós-graduação em Linguagens e Saberes (PPGLS), da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança e do de Ciências da Religião (PPGCR) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Contato : ipojucancampos@gmail.com

**RESUMEN:** La ciudad de Belém y la educación femenina en la última década del siglo XIX son los ejes temáticos de las siguientes reflexiones. Los hombres deseaban elaborar para las mujeres lugares pensados más adecuados, o sea, los recónditos del hogar y del casamiento, así siendo éste el afán se concentraban en localizarlas en espacios comprendidos privados justamente para que no fuesen influenciadas por aspectos de una ciudad que se modernizaba.

---

**Palabras clave:** Ciudad, Belle-Époque, educación femenina.

## INTRODUÇÃO

*A par de uma educação moral e literária suficiente e verdadeiramente solida, aperfeiçoam-se também as alumnas nos trabalhos de costura, bordados de toda a especie e demais prendas domesticas. (O Democrata. Belém, 04 de janeiro de 1890, p. 03).*

Belém, na última década do século XIX, vivenciava a pujança da “modernidade”. Este termo gramaticalmente é amplo, porém, quando aplicado à cidade de 1890 / 1900 não se compreendia desse modo. A terminologia modernidade nesse período era usual para designar, em linhas gerais, as mudanças infra-estruturais que uma parte da cidade vivenciava: a expulsão dos menos favorecidos das áreas que se embelezavam e a própria relação que as elites mantinham com a França por meio da moda.

Assim, a modernidade compreendida pelas elites não se aplicava a uma ampliação da participação feminina nos domínios citadinos públicos, pelo contrário, quanto menor a atuação das mulheres no interior desses campos melhor as elites se sentiam. Neste sentido, se está no centro de uma das problemáticas: Belém desejava mostrar-se moderna, voltada principalmente para os hábitos e costumes parisienses considerados modernos, no entanto esta modernidade não representava, ao mesmo tempo, um afrouxamento dos traços conservadores como os voltados às mulheres.

Na capital paraense da última década oitocentista a educação feminina foi, sem dúvida, uma face desse traço conservador. Em muito conservador, porque, por exemplo, a Igreja Católica havia décadas, que dominava este instituto. Mas a tentativa de normatização das mulheres por meio da educação foi alvo de preocupações não somente desta instituição, mas também das escolas que tinham cunho particular.

Esta forma de normatização se teceu como assunto expressivo e sério no seio da cidade, ou seja, as preocupações pedagogizantes sobre as mulheres apresentaram-se como uma das dimensões no interior da Belle-Époque e eram tratadas de forma disciplinada e rigorosa tanto pelas escolas particulares como pelas Católicas. Sobre a pedagogia educacional Católica no trabalho “Vestígios do tempo” (CAVALCANTI, 1995) analisou-se como

e porque a Igreja percebia a importância da educação feminina sob os seus princípios.

Em muito a instrução, segundo a historiadora, era lida por meio de posturas predestinadas, isto é, as meninas que entrassem como alunas no colégio Sion de São Paulo seriam protegidas e iluminadas e sairiam prontas moralmente para darem os frutos desejados: exemplares esposas e boas mães.

Em conformidade com isso, afirma-se que os argumentos que seguem localizam-se nas interpretações de como se desejava a presença das mulheres no bojo da sociedade belenense oitocentista, ou seja, pensava-se que a elas havia lugares previamente definidos e delimitados.

### **PARA SER ESPOSA E MÃE**

Em primeiro lugar, a mulher devia se constituir em esposa por meio do casamento legalmente celebrado nas instâncias civis brasileiras e depois, se o desejasse, poderia contrair esponsais religiosas. Apenas após a (s) núpcia (s) recomendava-se: relações sexuais, a gravidez, enfim, ser mãe. Jamais o oposto. Não era desejoso apressar e muito menos inverter o que era visto por alguns como etapas fixas. Esta era a ordem compreendida moral por determinadas pessoas e instituições – juristas, escolas, Igrejas – da cidade de Belém.

Parte da sociedade belenense possuía o afã de formar mulheres irrepreensíveis. Esse desejo concentrava-se na elaboração de boas esposas e mães, isto é, em mulheres prendadas. A este respeito à propaganda de uma instituição belenense, “Escola particular de **SANT`ANNA**”, destinada às mulheres é exemplar. Como o próprio título denuncia, tratava-se de estabelecimento de ensino particular que, em 1890, se encontrava sob a direção da professora Anna Nemezia Tavares Cardoso e localizava-se na Travessa dos Ferreiros nº 15. O estabelecimento era destinado ao sexo feminino. Sobre a escola, publicou-se no periódico “O Democrata”:

Escola particular de **SANT`ANNA** A par de uma educação moral e literária sufficiente e verdadeiramente solida, aperfeiçoam-se tambem as alumnas nos trabalhos de costura, bordados de toda a especie e demais prendas domesticas. (...) So admittem-se alumnas e externas e em casos raros alumnas semi-internas. (O Democrata. Belém, 04 de janeiro de 1890, p. 03)

O modelo pedagógico da educação feminina se torna bastante inteligível quando comparado às aspirações de uma sociedade que desejava vislumbrar as mulheres atuando nos interstícios dos espaços domésticos. A escola se propunha empreender proposta de educação feminina no sentido

de ajudar a distanciar as mulheres das relações do espaço público. Nesta dimensão das relações, a propaganda sinaliza que, para o equilíbrio da sociedade, seria necessário que as mulheres mantivessem condutas morais, sendo que estas muito seriam conduzidas pelas matérias da própria instituição.

A respeito desta proposição, a escola primária parecia estar disposta a reforçá-la, não apenas prometendo educação moral e literária sólida, mas com a promessa de transformar suas alunas em boas condutoras das tarefas domésticas. Esta foi outra característica nas propagandas das escolas destinadas a elas, ou seja, a ênfase dada aos afazeres do lar nos anúncios era de fundamental importância para se conquistar os pais e tutores.

Pode-se assim deduzir que as prendas domésticas eram matérias obrigatórias nos currículos escolares da educação feminina da última década do século XIX na cidade de Belém. A obrigatoriedade funcionava, provavelmente, para mostrar que os espaços públicos eram apanágios do sexo oposto, desse modo a elas proibidos.

O modelo de educação destinado às mulheres tinha como objetivo que as mesmas não se percebessem agentes integrantes de variadas teias no campo social, inclusive o dos espaços públicos. O intuito da vigilância dos passos dados pelas mulheres começava cedo, na escola primária, sendo que o espaço doméstico, neste contexto, ganhava relevo expressivo. O recesso do lar era o ambiente onde os segmentos mais conservadores de Belém, como a Igreja Católica, desejavam vê-las.

Com esse intuito buscava-se formar boas filhas e, para o futuro, esmeradas esposas e mães que fossem portadoras de condutas morais irrepreensíveis. Procurava-se impingir desde a mais tenra idade, por meio da pedagogia, que as mulheres eram dispensáveis no seio das relações políticas, porém indispensáveis nas tarefas de esposa e mãe, na formação do casamento monogâmico e na constituição da família legítima.

Assim, mostrava-se às mulheres que os espaços político e público eram, de direito, dos homens. As desigualdades entre os sexos fizeram-se presentes no bojo dos discursos jurídicos e da legislação; estas duas instâncias de poder legitimaram condutas repressivas no interior das relações entre homem e mulher. Tentava-se constituir desde cedo uma hierarquia entre os sexos, a tarefa de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, (RAGO, 1997: 83) da mulher, estendia-se a variadas outras imagens do ideal desejado: doçura, compaixão, desvelo. Fica-se nestes desejos, embora a lista não seja limitativa. O ideal de mãe de família, portanto, tentava afastar as mulheres dos diálogos políticos.

O oposto a este ideal era esgrimido pelas escolas femininas de Belém. Quanto à educação feminina partindo do espaço doméstico era

bastante taxativa, pois na propaganda da escola primária de “Sant’Anna”, lia-se: “(...) aperfeiçoam-se também as alumnas nos trabalhos de costura, bordados de toda a espécie e demais prendas domésticas”. A análise da propaganda permite perceber que se por ventura as mulheres saíssem para o mercado de trabalho, as atividades desempenhadas seriam uma extensão do espaço doméstico, isto é, a mulher só deveria ocupar, no mercado de trabalho de Belém, atividades que exigissem poucas instruções técnicas.

O desejado como modelo ideal de educação feminina sempre esteve direcionado para os limites da casa. Este era o prolongamento por onde se pretendia domesticar e circunscrever as ações das mulheres. A tão propalada “sólida educação moral” juntamente com as “prendas domésticas” eram ideais que transitavam com constância no interior das propagandas das escolas destinadas ao sexo feminino. Sobre as prendas, a propaganda da escola de “Sant’Anna” foi bastante enfática, porquanto afirmava que a educação de suas alunas não ficaria circunscrita aos desdobramentos da educação moral e literária, mas também se estenderia ao aperfeiçoamento de trabalhos como a costura, todas as formas de bordados e demais prendas.

Estas outras atividades podem-se supor que se tratava do aprendizado de bordados, trabalhos com miçangas, pinturas em tecido e em vidros, bem como o exercício da prática de piano. As prendas domésticas eram preocupações que faziam parte das escolas constituindo-se assim, como matérias indispensáveis da pedagogia dos educandários femininos da cidade no final do século XIX. Sobre a aprendizagem de piano, outra escola feminina a “Nossa Senhora da Conceição” afirmava, em anúncios de periódico que: “Também ensinar-se há a tocar piano, ficando não só ao meu cargo como também da habil professora Margarida Pinelle da Costa, tendo cada alumna 8 lições mensaes, a razão de 8 \$ 000 por mez”. (“O Democrata” de 04 de janeiro de 1890, p. 03).

A publicização por parte da escola de que era apta a desenvolver em suas alunas quaisquer tipos de prendas domésticas está investida de uma conjunção de aptidões e de funções que transgrediam as impressas nas propagandas destinadas aos pais, aos tutores e ao público em geral. Com outros termos, se procurava empreender sobre as mulheres não apenas as habilidades com as agulhas e demais objetos domésticos, mas em muito as escolas executavam sobre suas alunas uma pedagogia que as preparasse para serem as mães do amanhã.

É com este paralelo que as atividades domésticas vão além dos bordados e dos trabalhos com miçangas. Assim, é possível compreender que a pedagogia empreendida pelas escolas destinadas às meninas era também uma preparação para transformá-las em boas mães, esposas obedientes, para saber criar os filhos, manter a família unida, serem moralmente exemplares perante a sociedade.

Obviamente estas “virtudes” que os setores mais conservadores, como a Igreja Católica, desejavam para as mulheres, sem distinção de segmento social foram bastante questionadas. Muitas questões, como a da esposa obediente e do comportamento ordeiro e moral foram por elas relativizadas. Esta linha cismática se encontra presente em boa parte deste artigo.

Variadas experiências sociais que promoveram flexibilizações aos pressupostos ditos “normais” estão presentes nas instituições de Belém. Estas “transgressões” foram procedidas no campo das relações de poder e praticadas por sujeitos sociais que, por motivos variados, como sevícias e injúrias no interior do casamento, se tornaram autoras de afrouxamentos e rupturas das relações sociais entendidas como salubres. (CAMPOS, 2004).

Dentre as agentes que conseguiram flexibilizar a imagem de mulher de ação morigerada e ordeira, pode-se indicar ao leitor: Martha Maria de Nazareth que era acusada pela imprensa da época de promover desordens na cidade;<sup>2</sup> Umbelina Maria da Conceição, acusada de promover desordens sempre em estado ébrio;<sup>3</sup> Maria Luiza Rocha da Conceição que, segundo o periódico “Correio Paraense”, tratava-se de antiga conhecida das autoridades policiais,<sup>4</sup> Almeirina Alves Baptista que foi acusada, em um processo de divórcio em 1898, de se embriagar e de manter relações extraconjugais;<sup>5</sup> e Lucrecia Rosa Bastos que, sendo demandante em 1894 de uma ação de divórcio, admite ter adulterado os laços conjugais.<sup>6</sup>

Com efeito, é possível afirmar, com certa margem de segurança, que o desejo de se produzir socialmente uma mulher unívoca e detentora de ações e de atos bastante meticulosos e aceitos no campo social não foi alcançado, isto é, tal afã traçado pelos homens pode ser lido como objetivo que poucas chances teve de estabelecer-se como foi pensado.

Para muitas mulheres os espaços das ruas que há muito eram entendidos como regiões do público masculino, se constituíam nos principais espaços em que se passavam as cenas das suas vidas, ou melhor elas, assim se movimentando, deixavam automaticamente de lado as delimitações que se pretendiam rígidas entre os sexos.

---

<sup>2</sup> A República. Belém, 18 de abril de 1890, p. 01.

<sup>3</sup> O Democrata. Belém, 22 de fevereiro de 1890, p. 02.

<sup>4</sup> Correio Paraense. Belém, 27 de julho de 1892, p. 02.

<sup>5</sup> Ação de divórcio litigioso promovido por José Joaquim do Couto contra Almeirina Alves Baptista, 1898.

<sup>6</sup> Ação de divórcio litigioso promovido por Lucrecia Roza Bastos contra Barnabé Gonçalves de Azevedo, 1894.

Com ações como as praticadas por estas personagens é que se compreende terem existido afrouxamentos dos laços que desejavam delimitar as circulações das mulheres, porém a conquista desta flexibilização ocorreu a partir das suas experiências no campo social, ou seja, chocando-se com os campos de força que estavam estabelecidos.

Publicizava-se, então, nas propagandas, o modelo pedagógico que seria praticado pelas escolas sobre as meninas e o próprio ideal de mulher. Em relação à pedagogia empregada faz-se necessário acentuar que em muito estava voltada para que, no futuro, as educandas desempenhassem a função da maternidade. Tomando por base as propagandas, certamente as instruções que foram dadas às meninas matriculadas centravam-se numa completa desvalorização das relações políticas e intelectuais, pois se julgava inadequado às mulheres se realizarem nestes dois espaços.

Elas deveriam encontrar felicidade e êxito tomando a família como referencial maior, ou seja, cuidando dos filhos e do marido. Estes eram os espaços onde o feminino poderia e deveria desenvolver suas potencialidades. Contudo, se elas se aventurassem nos interstícios das relações de trabalho, fora da vigilância do marido ou do pai, estariam qualificadas apenas para atuarem no interior do espaço doméstico. Criava-se, deste modo, um cerco sobre as mulheres, o qual procurava fechar as oportunidades de sua atuação nos espaços públicos.

Em “Do cabaré ao lar” (RAGO, 1997) a historiadora compreendeu que, no final do século XIX e início do XX, as mulheres conquistaram maior circulação no espaço urbano das cidades, entretanto, esta ampliação não representou maior elasticização dos campos sociais. A autora vislumbrou que uma maior aparição das mulheres no cenário urbano não pode ser percebido como “um abrandamento das exigências morais”.

Fica inteligível que a pedagogia empregada pelas escolas femininas priorizava uma educação voltada para os recintos do lar, do doméstico, do privado. Estavam em jogo pretensões profundas: o que elas deveriam ser no futuro. Assim, era necessário impingir desde cedo uma moral que distinguisse as suas responsabilidades das masculinas no interior da sociedade; procurava-se delimitar desde sua educação mais pretérita às formas de comportamento que deveria por elas ser cultivado, ou seja, desejava-se delimitar formas de comportamento entre os sexos.

Objetivava-se distinguir essencialmente os espaços em que homens e mulheres deveriam circular: o público e o privado. Esta distinção era lida como fundamental para a estabilidade da ordem social, pois com ela pretendia-se separar as mulheres das ações que se davam no campo político. Desejava-se que o público e o privado se apresentassem como constante segregação sexual do espaço de atuação do homem e da mulher.

O ideal de mulher que se pretendia tecer era a simpática às atividades domésticas, a boa mãe e esposa, a higiênica, a ordeira, a que estivesse sempre preocupada com a estabilidade familiar, enfim, a “mãe-esposa-dona-de-casa”. Fortes discursos masculinos procuravam normatizar e determinar os raios de ação das mulheres.

Os movimentos masculinos sobre a educação e as tarefas que deveriam ser apanágio do sexo feminino, o coser e todo trabalho doméstico, representavam o lugar que as mulheres deveriam ocupar na sociedade. Mais uma vez se pretendeu, deste modo, enfatizar os limites do permitido e do proibido ao sexo feminino.

Educar, na Belém do século XIX, também passava pelo Clero que reagiu à proibição do ensino religioso nas escolas brasileiras. Em matéria publicada em 19 de janeiro de 1890 intitulada “A Igreja e o Estado”, a revista católica “Semana Religiosa do Pará”, tornava público:

A educação da mocidade será despojada de todo o ensino religioso, e nos lyceus, academias e escolas pagas pelo Estado atheu, isto é, sem religião, não se poderá mais nem tocar n'este assumpto sob pretexto de liberdade de consciencia. Quer dizer que o ensino será simplesmente leigo e obrigatório. (Semana Religiosa do Pará. Belém, 19 de janeiro de 1890, p. 33, 34, 35, 36 e 37)

A Igreja compreendia que a educação deveria passar por seus paradigmas religiosos. Desse modo, a projeção feita pela República sobre a educação leiga era condenável pela Instituição, pois com o ensino secular sendo obrigatório “a educação da mocidade seria despojada de todo o ensino religioso”.

Ivan Manoel (MANOEL, 1996) analisou que a Instituição compreendia que o seu modelo de educação não se limitava apenas aos preceitos morais e religiosos católicos. A ação da educação, sob a égide católica, era mais profunda: o de lançar as bases da constituição do casamento higiênico.

Por seu turno, em “Clotildes ou Marias” (TRINDADE, 1996) sinaliza-se que o ideal de mulher religiosa e poética e da mãe pacificadora foi construção imaginária universal e que perpassou durante todo o século XIX fazendo-se presente até a segunda metade do século XX.

Com efeito, a mulher era percebida como um meio pacificador e conciliador e mãe em potencial. Segundo a autora, estas projeções e incursões pela tenra idade eram justificadas pelas necessidades de domesticação e pelo desejo de se cercar de cuidados a sua educação.

Em matéria publicada em 27 de abril de 1890, intitulada “Ensino religioso”, o periódico católico “Semana Religiosa do Pará” permanecia

mostrando-se incomodado com o fim da obrigatoriedade do ensino religioso católico nas escolas. A revista narra que:

(...) Pretenderam macaquear a França; mas nem ao menos meditaram nos tristíssimos resultados que o ensino leigo tem produzido n'aquelle grande paiz, e que não são mais desgraçados ainda, porque ali um clero numeroso, activo e illustrado, multiplicado por muitas associações religiosas, tem feito retroceder a corrente dos males. Os pensadores sérios da França dão como causa da decadencia da família, do desregramento, dos vicios, das paixões ruins, entre os franceses, o divorcio e o ensino leigo. Com effeito, a sociedade repousa sobre três fundamentos – a religião, a familia, a propriedade (...). (Semana Religiosa do Pará. Belém 27 de abril de 1890, pp. 265, 266, 267, 268, 269)

A análise desta matéria leva a interpretar que a Cúria de Belém criticava o fim do ensino religioso obrigatório na França e o seu término também no Brasil, mas as aproximações entre Belém e a França deram-se por vários outros referenciais. Discorria a Igreja Católica que a instrução leiga em substituição a religiosa trouxe para aquele país resultados tristíssimos, que somente não foram maiores porque na França existia um Clero numeroso e ativo, o qual teria retrocedido as inconveniências que o fim do ensino religioso proporcionava naquele país.

Neste sentido, a Igreja procurava estabelecer relações entre as conseqüências surgidas em decorrência do fim do ensino religioso na França e o que poderia acontecer no Brasil. A Cúria, objetivando marginalizar os institutos do divórcio e do ensino leigo – duas instâncias que foram bastante combatidas pela Igreja em Belém –, tomou a França como exemplo quando dava como: “(...) causa da decadencia da família, do desregramento, dos vicios, das paixões ruins, entre os franceses, o divorcio e o ensino leigo”. Observa-se que a Igreja esforçava-se em estabelecer paralelos partindo do divórcio e do ensino leigo.

Em outros termos, a Instituição procurava articular estes dois institutos com a decadência da família, com o desregramento das relações sociais e morais e com o desenvolvimento das paixões libertinas. A tentativa de se estabelecer certa simetria entre divórcio e campos libertinos foi estratégia não apenas da Igreja Católica no final do século XIX na capital paraense, mas também de articulistas que procuraram tecer campos mais estreitos entre as separações conjugais com a zona do meretrício. Estas estratégias foram usadas por aqueles que se posicionavam contrários ao divórcio. Buscavam-se aproximações entre as mulheres que se divorciavam com as zonas do meretrício da cidade.

A Cúria argumentava em seus periódicos que em muito os desregramentos que a sociedade vivenciava não unicamente na França, mas

no Brasil, advinham da institucionalização do divórcio e do ensino desvinculado da religião. Tentar estabelecer a existência de desregramentos na sociedade em decorrência não apenas do divórcio e do ensino leigo, mas por meio do casamento civil foi estratégia relativamente comum de que a Igreja Católica de Belém se valeu. As preocupações [da Igreja] em se, estabelecer estes paralelos explica-se em decorrência da perda de sua exclusividade, que há séculos durava, sobre estes institutos. Desta maneira, as tentativas de aproximações, de paralelos e de simetrias entre as instituições que ora provocavam mal-estar à Igreja com a desestruturação da família, da moral, dos bons costumes, da salubridade, foram constantes no bojo da sociedade belenense do período analisado.

Enfim, a Igreja compreendia que tanto o ensino leigo quanto o divórcio eram chagas que poderiam embaraçar as relações sociais ditas honestas. Nesta linha de raciocínio, se para a Igreja a sociedade repousava sobre três fundamentos básicos (a religião, a família e a propriedade) os dois institutos em que a Cúria se posicionava contrária neste documento – o ensino leigo e o divórcio – de certa forma, para a Igreja Católica, corroboravam e eram considerados os responsáveis pela desarticulação de pelo menos duas dessas bases: a religião e a família, uma vez que, com o fim do ensino religioso católico no país, os costumes religiosos poderiam ficar estremecidos, porquanto o ensinado eram os fundamentos do credo Católico. Por outro lado, o divórcio colaborava para a desestruturação da família, pois os cônjuges seriam separados.

Em relação às propagandas publicizadas pelas escolas “Nossa Senhora da Conceição” e “Sant’Anna” que mantinham em sua grade curricular o ensino de trabalhos domésticos, lia-se sobre este assunto na propaganda da primeira: “Ensinar-se-há também todo o trabalho de agulha, como por exemplo bordados á ouro, froco alto relevo, lã, applicação, branco missangas, etc. etc., e flôres de toda e qualquer quantidade”. (O Democrata. Belém, 04 de janeiro de 1890, p. 03)

A aprendizagem de fazeres do lar não tinha como objetivo final apenas instrumentalizar as mulheres para manipular o interior do espaço doméstico, mas sim esta forma de educação pedagógica pode ser vislumbrada como investimentos no campo privado em que os resultados seriam colhidos mais à frente. Por outros vieses, estas escolas também procuravam contribuir na formação de mães de família, boas esposas, e exemplares senhoras do lar, isto é, na promessa aos pais e aos tutores de uma educação esmerada às suas alunas, também estava imbuída a de fazê-las em mulheres honradas perante a sociedade e de portadoras de exemplares condutas morais. Estas práticas pedagógicas sobre as mulheres acabavam por satisfazer aos interesses tradicionais das famílias que compunham a sociedade belenense desse período.

Uma questão importante no interior destes significados sociais que deve ser lembrada é que o estabelecido nos campos de poder ocorria em “diferentes lugares e momentos” e que foram práticas marcadas pelo conflito. (CHARTIER, 1988). Assim, no transcurso da tentativa de disciplinarização dos hábitos e dos costumes das mulheres, enfim, a corroboração para o controle dos comportamentos femininos tentada pelas escolas femininas de Belém a partir do emprego pedagógico das prendas domésticas foi alvo de resistências.

As escolas acima citadas, com suas pedagogias, reforçaram uma educação feminina que desejava estabelecer de modo equânime a submissão das mulheres; tal educação encontrava-se bastante centrada nos espaços domésticos. Aliás, a percepção do que seria correto para a compreensão deste espaço por parte das alunas pode ser vislumbrada como princípios definidores de uma educação e de uma instrução que estava permeada de intenções para se concentrar unicamente no “cotidiano de porta adentro”,<sup>7</sup> ou melhor, formar mães de família exemplares. As escolas que existiam em Belém na última década do século XIX destinadas a elas, reforçavam os papéis de submissão e exigiam que estes fossem cumpridos no silêncio.

Percebendo o teor das propagandas acima impressas, destinadas aos pais e tutores, os ideais masculinos positivistas republicanos são expressos em seu interior. Das razões de o modelo positivista ter predominado na República, a historiografia tem se ocupado. (CARVALHO, 2001). O seu ideal no plano educacional, em Belém, está expresso no interior das propagandas. Nota-se, porém, que o seu desejo era o de estabelecer separação nítida entre os espaços em que as mulheres e os homens deveriam circular. Jane Soares de Almeida na obra “Mulher e educação” interpretou esta argumentação. (ALMEIDA, 1998).

Não se deve esquecer que a educação positivista republicana destinada às mulheres era pensada pelos homens. Em conformidade com isso, o ideal de mulher expresso nas propagandas das escolas de Belém era o que os homens desejavam que o sexo feminino fosse. Os espaços que se delimitavam às mulheres foram “demarcados” por eles. Situa-se nesta reflexão importante análise: a instrução feminina em relação ao mercado de trabalho. Na sua educação, tendo como base os ideais republicanos positivistas, a relação instrução e uma possível saída das mulheres para o mercado de trabalho, apresentavam certo equilíbrio entre a condição desejável e a possível de se obter.

Enfim, as escolas pertencentes à Igreja Católica ou ao campo privado, funcionando em regime de internato ou de externato se constituíam em estabelecimentos de preservação e de difusão dos valores morais que se

---

<sup>7</sup> Utiliza-se aqui a expressão de Maria Izilda Santos de Matos. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidadania e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

desejavam formar para o futuro. Uma das funções elementares das escolas com a sua educação pretensamente estruturada na moralidade e nos bons costumes era a de normatizar as mulheres para que desempenhassem papéis higienizantes como os de boas esposas e mães. Estes objetivos que eram pretensões direcionadas ao conjunto da sociedade de Belém ficaram em relevo quando se apreendem as intencionalidades contidas no interior das propagandas feitas pelas escolas nos periódicos que circulavam na cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo procurou-se compreender a realidade de Belém por meio de sujeitos sociais que pensavam como deveria se organizar a educação feminina. Em conformidade com isso, procurar apreender as dimensões da bela época por estes referenciais é importante para que melhor se percebam as contradições da cidade que se embelezava.

A Belle-Époque, repita-se, não deve ser circunscrita às balizas do redimensionamento urbano-espacial – a construção de redes de esgotos, água, coleta regular de lixo, arborização, demolição de casas que eram consideradas embaraçadoras da estética cidadina – que partes da cidade vivenciavam. Neste contexto houve outras relações que ajudavam a formar dimensões deste momento histórico social da capital paraense como os direcionamentos que se desejavam dar às mulheres.

Acredita-se, pois, ser bastante temeroso e mesmo fazer generalizações sobre a Belle-Époque. No seu interior existiram variadas experiências sociais como a educação que era destinada às mulheres.

A cidade era, portanto, múltipla de imagens e que dela as mulheres fizeram parte ao estabelecerem campos, domínios e vivências que nem sempre se enquadravam aos afãs das personagens sociais mais conservadoras da capital paraense.

## **REFERÊNCIAS**

### ***Documentos***

Ação de divórcio litigioso promovido por José Joaquim do Couto contra Almeirina Alves Baptista, 1898.

Ação de divórcio litigioso promovido por Lucrecia Roza Bastos contra Barnabé Gonçalves de Azevedo, 1894.

A República. Belém, 18 de abril de 1890, p. 01.

“Art. 1º Fica a secção de obras publicas auctorizada a mandar publicar editaes com o praso de 4 mezes n`esta capital, nas praças do Rio de Janeiro,

Lisbôa, Londres, Paris e New-York (...)”. In: Actos do Governo Provisorio do Estado do Pará de 1890. Belém: Typ. do Diário Official, 1893.

Correio Paraense. Belém, 27 de julho de 1892, p. 02.

O Democrata. Belém, 04 de janeiro de 1890, p. 03.

O Democrata. Belém, 22 de fevereiro de 1890, p. 02.

Semana Religiosa do Pará. Belém, 19 de janeiro de 1890, pp. 33, 34, 35, 36 e 37.

Semana Religiosa do Pará. Belém 27 de abril de 1890, pp. 265, 266, 267, 268, 269.

### ***Bibliografia consultada***

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

CAMPOS, Ipojucan Dias. Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890 / 1900). Dissertação apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC / SP. São Paulo: Mimeo, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Vestígios do tempo: memórias de mulheres católicas 1929 / 1942. Dissertação de mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC / SP. São Paulo: Mimeo, 1995.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MANOEL, Ivan. Igreja e educação feminina 1859 / 1919: uma face do conservadorismo. São Paulo: UNESP, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura: história, cidadania e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.

RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890 / 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Farol do Saber, 1996.